



Índice

- 01 Índio é flagrado com carro furtado, mas é solto para evitar tumulto
- 02 Adolescente indígena é morto com tiro na cabeça em Mato Grosso do Sul
- 03 Lideranças Munduruku se negam a negociar construção de usina e exigem apuração de assassinato
- 04 O desprezo oficial da causa indígena
- 05 Projeto cria cota para indígenas na UERGS e em concursos públicos
- 06 Guaranis Kaiowás ocupam fazenda e tentam linchar fazendeiro depois de assassinato de jovem
- 07 PEC da Câmara permite ocupação de terras indígenas por produtores rurais
- 08 Expedição inédita sai de Manaus e sobe o Rio Negro para mapear lugares sagrados
- 09 Figueiró debate questão indígena na Acrissul
- 10 Paraíba é escolhida para implantar projeto piloto em comunidades quilombolas
- 11 Exploração florestal em áreas ribeirinhas é normatizada
- 12 Juízes de Laranjal do Jari visitam Reserva do Iratapuru para preparar ação itinerante na localidade



Índio é flagrado com carro furtado, mas é solto para evitar tumulto

SÍTIO CIRCUITOMT, 19.02.2013

Um índio da etnia Xavante flagrado dirigindo um carro furtado na Br 070, a 40 km de Barra do Garças, chegou a ser detido na noite de segunda-feira (18) pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e conduzido até a delegacia de Barra do Garças por crime de receptação.

O indígena Caetano T'serue, da reserva Sangradouro, não permaneceu preso para evitar tumultos na porta da delegacia de Barra do Garças que estava cheia de indígenas.

Caetano estava com uma pick-up Saveiro, cor preta, furtada em Tangará da Serra que estava rodando com placas de um veículo regular de Natal, Rio Grande do Norte. O acusado chegou a dizer que comprou o veículo de boa-fé e alega o desconhecimento que o veículo era furtado. O xavante conta que pagou R\$ 8 mil pelo carro.

Esse não é o primeiro caso de indígena rodando com carro furtado ou roubado no Araguaia onde alguns selviculas se aproveitam do preço baixo dos veículos para comprar. Na semana passada, o vereador de Luciara Maurília Farias chegou a ser detido também com veículo clonado.

O parlamentar foi indiciado por receptação. O delegado de São Felix, Wanes dos Santos Neves, disse que a região é muito visada pelos bandidos para comercializar carros clonados ou roubados. "Estamos trabalhando para mudar essa realidade", frisou.



Adolescente indígena é morto com tiro na cabeça em Mato Grosso do Sul

SÍTIO ULTIMOSEGUNDO, 19.02.2013

Corpo de Denilson Barbosa, de 15 anos, foi localizado depois de uma denúncia anônima. Polícia trabalha com a hipótese de que o jovem tenha sido executado.

O corpo de um adolescente de 15 anos, morto com um tiro na cabeça, foi encontrado no último domingo (17), em uma estrada que separa a aldeia guarani-kaíowá tey'ikue de fazendas existentes na cidade de Caarapó, na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, a cerca de 50 quilômetros de Dourados.

Segundo o coordenador substituto do escritório da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, o corpo de Denilson Barbosa foi localizado depois de uma denúncia anônima. Ele disse que a polícia trabalha com a hipótese de que o jovem tenha sido executado.

As informações iniciais dão conta de que o adolescente saiu para pescar com o irmão mais novo, de 11 anos, e outro índio, no sábado (16) à tarde. Aparentemente, os três pretendiam ir a um córrego cuja nascente fica no interior da terra indígena e que cruza algumas fazendas próximas. Ao passarem próximo a um criadouro de peixes, os três foram abordados por homens armados que, segundo os dois índios sobreviventes, atiraram. Na fuga, Denilson teria ficado preso em uma cerca de arame farpado, foi alcançado pelos pistoleiros e agredido.

Revoltados, parentes do adolescente e moradores da aldeia ocuparam a fazenda onde o crime teria ocorrido e enterraram o corpo de Denilson. Os índios já reivindicavam a área como território tradicional indígena. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), informou que a comunidade indígena planeja uma série de protestos para chamar a atenção para o assassinato.

Segundo o Cimi, depois de tomar conhecimento do que ocorreu, o pai de Denilson foi até a fazenda procurar o filho, mas o local estava deserto. O corpo foi avistado por um caminhoneiro que passava pela estrada por volta das 5h de domingo.

Cerca de 5 mil índios vivem na Terra Indígena de Caarapó, que mede cerca de 3,5 mil hectares (1 hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, aproximadamente as medidas de um campo de futebol oficial). De acordo com o Cimi, desde a criação do território indígena, em 1924, os índios são obrigados a pescar fora de sua reserva, já que não há peixes nas nascentes dos córregos existentes no interior da reserva. Segundo o Cimi, isso tem provocado problemas e conflitos recorrentes.

Lideranças Munduruku se negam a negociar construção de usina e exigem apuração de assassinato

SÍTIO CIMI, 19.02.2013

Cerca de 20 lideranças Munduruku, povo que vive entre os estados do Mato Grosso e Pará, exigiram durante audiência pública na manhã desta terça-feira, 19, no Ministério da Justiça, em Brasília, a apuração do assassinato de Adenilson Munduruku e o ressarcimento dos estragos causados pela Operação Eldorado à comunidade.

Em 7 de novembro do ano passado, a operação foi deflagrada pela Polícia Federal contra os moradores da aldeia Teles Pires, contando o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai). A violência foi tamanha que até bombas foram atiradas contra as estruturas da aldeia por helicóptero da Polícia Federal.



“O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) veio falar em diálogo. Vocês (governo federal) são os primeiros a quebrar o protocolo e agir com violência. Queria ver se tivesse sido um índio a ter matado um agente da Polícia Federal... queria ver se ele estaria solto”, declarou Tarabi Kayabi, depois do ministro Cardozo dizer que espera “um diálogo franco e fraterno” com os indígenas e que “tudo está sendo apurado com rigor e imparcialidade”.

Além de Cardozo, passaram pela audiência pública o ministro de Minas e Energia Edson Lobão e representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Planejamento e Secretaria da Presidência da República, além da presença da presidenta da Funai, Marta Azevedo, que conduziu o encontro depois da breve passagem do ministro da Justiça.

O que os Munduruku querem do governo federal é reparação pela operação da Polícia Federal, que terminou com a destruição da aldeia

Teles Pires, um indígena assassinado pelo delegado que comandava a operação, outros dois Munduruku gravemente feridos à bala e uma comunidade acossada de diferentes maneiras pelos agentes federais: mulheres, crianças e idosos mantidos por horas embaixo de sol forte, invasões às casas e ameaças.

CONT.



“Sabemos que é isso o que eles (governo federal) querem: construir uma usina no nosso território. Acontece que não viemos para cá (Brasília) com o objetivo de negociar. Não queremos nenhuma usina hidrelétrica, mas sim a estrutura que os federais destruíram na ação assassina, demarcação de terras e melhoras na educação e saúde. Não vamos permitir nem os estudos para a construção de usina nenhuma”, afirmou Valdelino Manhuary Munduruku, da aldeia Karoçal, Rio das Tropas.

A presença de executivos do setor energético brasileiro durante a audiência pública, por outro lado, mostrou a face de um fantasma que ronda as aldeias Munduruku e está por trás dos principais conflitos entre Estado e comunidades tradicionais no país, sobretudo na região Norte: a construção de usinas hidrelétricas. Para analistas, a construção de usinas ligadas aos complexos de Tapajós e Teles Pires pode estar por trás da ação da Polícia Federal em novembro de 2012.

Omissão de informação

O que o governo federal justifica é que a Operação Eldorado tinha como objetivo destruir complexos de mineração clandestinos. Na medida em que os Munduruku mantinham uma dessas estruturas no rio Teles Pires, se tornaram alvo da operação. Entretanto, o que o governo federal omite é que desde 2002 os indígenas combatiam o garimpo ilegal em suas terras e há pelo menos dois anos propunham medidas para a geração de renda com o intuito de abandonar a prática que eles mantiveram como herança colonizadora para estruturar a saúde e educação das comunidades.

“Pela ausência do Estado, os Munduruku tiveram que arrumar formas próprias de gerar renda para manter estruturas de saúde e educação. Avaliamos que a ação da PF foi para destruir essa fonte de recursos e motivar que as comunidades fossem pedir ao governo federal auxílio, o que seria usado pelos governistas como barganha para a construção da usina”, explica o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto.

Como alternativa à extração do ouro, os indígenas exigiam suporte para implantar e consolidar projetos de produção de artesanato, produção de mel de abelhas, piscicultura, avicultura, implantação de casa de farinha e agricultura (consórcio de culturas). Nada disso foi levado à frente pelo governo federal. Apenas os projetos de construções das usinas hidrelétricas. Coincidência ou não, dias antes da ação da Polícia Federal os Munduruku da aldeia Teles Pires impediram a entrada de técnicos do governo na terra indígena para a realização de estudos aos projetos das usinas.

Tarabi Kayabi lembrou, durante a audiência, que pediu pessoalmente à presidenta da Funai que a Operação Eldorado fosse suspensa na comunidade Munduruku, mas que não foi atendido e o pior aconteceu. “Agora precisam indenizar a família do parente que morreu e os outros dois que não podem mais trabalhar devido aos ferimentos. A Polícia Federal teve ainda a cara de pau de dizer que usou balas de borracha e isso está provado que é mentira”, destacou Tarabi.

CONT.



Sem negociação

Durante a audiência, Valdelino Manhuary Munduruku leu uma carta, aprovada na Assembleia Geral do Povo Munduruku, ocorrida entre 29 de janeiro e 1º deste mês, exigindo punição ao assassino de Adenilson Munduruku e o ressarcimento dos prejuízos causados. Também, atacou duramente as tentativas do governo federal de construir usinas hidrelétricas no território Munduruku e que seguirão resistindo aos projetos.

“Nada está sendo resolvido. O governo faz reunião, manda representante, faz audiências. Porém, tudo fica na mesma. Queremos dizer que eles (governo) não têm feito nada. Depois acontece do ministro dizer que a culpa foi do índio, ninguém paga por nossas mortes e perdas e ainda constroem uma usina. Não vamos aceitar isso”, ressaltou Valdelino.

Na tarde desta terça-feira, os Munduruku se reuniram com os dirigentes da Funai. Na quarta-feira, 20, pela manhã se reunirão com o ministro de Minas e Energia, às 9h30, e à tarde tratam da questão da mineração com o presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas, Parde Ton (PT/RO), e o deputado federal Édio Lopes (PMDB/RR), defensor do Projeto de Lei 1610, a qual os indígenas se opõem. Na mesma tarde, se encontram com o ministro Gilberto Carvalho, na Presidência da República, e com o presidente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Antônio Alves.

Na quinta-feira, 21, cumprem agenda no Ministério da Educação e na 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República. “Nada disso será para passar mel na boca da gente. Estamos aqui para denunciar o que está de errado e exigir nossos direitos”, finalizou Valdelino.



O desprezo oficial da causa indígena

SÍTIO JB, 19.02.2013

A defesa empolgada, na cidade do Rio de Janeiro, do prédio vizinho ao Maracanã mostra que a alma das ruas é ainda sensível à cultura de um povo estruturante de sua identidade. Não é pouco. Ali houve um museu do índio, ouvirão turistas atraídos por eventos esportivos. Mas se os colonizadores de hoje, movidos por interesses do agronegócio, veem maior proveito em expurgar qualquer obstáculo a seus rendimentos, a tarefa é cada dia mais fácil, num quadro de desmonte da estrutura da Funai.

A presença de ONGs como delegatárias de funções estatais exclusivas dá prova da surpreendente transferência para a esfera privada de seu poder de polícia, meio previsto no Estatuto do Índio para salvaguardar o interesse indisponível de protegidos pelo Estado brasileiro frente a interesses particulares. A lei assegura que "o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho (de indígenas), denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis".

Mesmo com a frágil regulamentação de suas atribuições, resta válida a constatação de que há, sim, poder de polícia presente no caso. Julgado de 2010 da Corte Suprema (relator Gilmar Mendes, RE 588.322-RO) assevera tal dedução. No dizer de José dos Santos Carvalho Filho, "se, no ente público existe órgão específico e estrutura implantada, é de considerar-se presumido o poder de polícia". A estrutura implantada hoje decorre da Lei Federal 11.907/2009.

Em uma reconfiguração de sua personalidade jurídica como autarquia assistencial, taxas instituídas em razão do exercício dessa atribuição, conforme previsto no inciso II do artigo 145 da Constituição, vão financiar, de forma vinculada, as atividades fim dessa importante entidade, que não mais pode ficar a reboque de ONGs financiadas por interesses ocultos.



Projeto cria cota para indígenas na UERGS e em concursos públicos

SÍTIO VERMELHO, 19.02.2013

Com a presença do cacique Leonel Chaves, de Julio Ribeiro, de Carmem Chaves Ribeiro, de Zaqueu Claudino, índios kaingang, e de Merong Tapurumã, índio pataxó, todos moradores da terra indígena de Ventarra, em Erebangó, o deputado Raul Carrion (PCdoB) protocolou nesta terça-feira (19) os Projetos de Lei que criam cotas para indígenas em concursos públicos e na UERGS (Universidade Estadual do RS).

A comissão, juntamente com o parlamentar, entregou as propostas de legislação ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Westphalen (PP), durante audiência. O presidente da Casa prometeu empenho para promover o debate da matéria no Legislativo.

Propostas

A primeira proposta apresentada assegura aos indígenas a reserva de vagas nos concursos públicos para provimento de cargos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes e órgãos do Estado. O percentual a que se refere a cota é equivalente a sua representação na composição populacional do Estado, apurada pelo censo realizado pelo IBGE. Os indígenas autodeclarados compõem atualmente 0,4% da população brasileira, somando cerca de 897 mil indivíduos. No Rio Grande do Sul, 0,3% da população se declara indígena.

O segundo projeto de lei assegura aos indígenas reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a UERGS. Os percentuais apontados seriam os mesmos do IBGE, 0,3% da população indígena.

Para Carrion, os projetos tentam diminuir uma dívida histórica com a população indígena, que, primeira ocupante do território, sofreu e sofre, já por cinco séculos, a colonização de outras etnias, principalmente européias, e precisa da adoção de medidas reparadoras, que contribuam para a garantia de seus direitos.

“Assim como as medidas afirmativas e reparatórias voltadas à população afro-brasileira, aprovar medidas afirmativas para as populações indígenas se insere no reconhecimento a esses povos e à sua história”, afirma o deputado. “Os projetos trilham o caminho do atualíssimo esforço desenvolvido por todos entes federativos em permanente busca da realização da soberania e da cidadania de todos os povos formadores da Nação Brasileira.”



Guaranis Kaiowás ocupam fazenda e tentam linchar fazendeiro depois de assassinato de jovem

SÍTIO MIDIAMAX, 19.02.2013

Depois de terem ido pescar em terras que consideram suas, no açude dentro da fazenda Sardinha, no município de Caarapó, três meninos Guaranis Kaiowás da aldeia Tey'ikue foram perseguidos e o mais velho deles, Denílson Barbosa, de apenas 15 anos, foi executado por jagunços com três tiros à queima-roupa.

O assassinato ocorreu no último sábado (16), e o corpo do menino foi abandonado em uma estrada de terra do local. Como Denílson era filho do cacique Wilson Quevedo Barbosa, que lidera uma grande família kaiowá, a reação foi instantânea.

Em consequência do crime, cerca de 300 índios da etnia invadiram a fazenda Sardinha, para sepultar o adolescente, no momento em que o fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves retirava o gado e móveis.

Por temer linchamento, Orlandino fugiu da fazenda, que agora está em poder dos indígenas. Ontem, a Força Nacional e a Polícia Federal estiveram no local do conflito, mas se retiraram alegando falta de autonomia para agir, depois da ocupação, mesmo com a possibilidade de confrontos.

Entrevistada pela reportagem, a liderança indígena Valdelice Veron contou que os três jovens pescavam no córrego Mbope'i quando foram perseguidos por três jagunços. Segundo ela, Denílson foi vitimado com dois tiros na cabeça e um no pescoço depois que se enroscou em uma cerca de arame farpado durante a fuga, e foi detido pelos jagunços.

Os indígenas acreditam que o menor tenha sido torturado e depois assassinado pelos seguranças da fazenda, porque, segundo eles, o seu corpo tem vários sinais de espancamento. O corpo ficou no local do crime até a chegada da Polícia Civil.

Valdelice conta que os índios costumam pescar na área porque ali está o único riacho da região da reserva José Bonifácio, onde moram. Os guaranis kaiowás também frequentam a área para extrair ervas usadas na fabricação de medicamentos.

"O lugar pertence ao povo indígena, que tem água no rio, açude, e sempre tiveram acesso. Cinco anos atrás eles não deixaram mais índio entrar e pescar. Seu Orlandino, não tem escritura, mas não deixava mais entrar", relatou a liderança.

A líder guarani contou a versão de que uma parte da reserva, ainda à época do Serviço de Proteção do Índio(SPI)foi vendida por um ex-funcionário ao fazendeiro, razão da disputa até hoje.

Segundo a líder indígena, os índios se revoltaram com a fim de uma trégua firmada entre o governo federal, as lideranças guaranis kaiowás e a Famasul, firmada no dia 26 de novembro, na presença do secretário Nacional de Articulação Social, Paulo Maldos.

CONT.



A trégua previa fim das invasões e da violência contra os índios até que a Funai concluísse os levantamentos sobre a origem da fazenda e sua possível demarcação, com indenização.

O Conselho da Aty Guasu Guarani e Kaiowá emitiu nota depois do crime

“Infelizmente, é com muito pesar, nós conselho da Aty Guasu guarani e Kaiowá, vimos a todos (as) AUTORIDADES E CIDADÃOS DO BRASIL E DO MUNDO comunicar que ontem um grupo indígenas Guarani-Kaiowá foram atacados e violentados pelos pistoleiros das fazendas da região de Caarapó-MS. Um adolescente foi assassinado a tiro-bala pelos homens das fazendas, localizada próxima da Reserva/Aldeia Tey'ikue/Caarapo, município de Caarapó-MS.

Hoje (18/02/2013) mais de duas centenas de Guarani-Kaiowá enterraram o corpo do menino no local em que foi assassinado. Esse lugar é terra Guarani-Kaiowá tradicional reivindicada pelos indígenas que está em estudo antropológico, há anos. Diante do fato de violência antiga contra as vidas dos indígenas Guarani-Kaiowá, hoje à tarde, mais de 200 Guarani-Kaiowá tentam reocupar o tekoha e permanecerem no lugar, fazendo protesto contra as violências contra as vidas Guarani e Kaiowá, pedindo a JUSTIÇA. Está tenso no local em que começou o protesto passivo dos Guarani e Kaiowá. Os agentes da PF e FUNAI foram no local ontem e hoje.

Por fim, mais uma vez, solicitamos a investigação do fato pela Polícia Federal e pedimos a presença permanente de seguranças federais no local. A comunidade Guarani e Kaiowá já decidiu em permanecer em protesto nesse tekohaguasu onde foi assassinado o menino Kaiowá. Entorno de tekoha reocupada em protesto já começou movimento dos pistoleiros. O risco de ataque dos pistoleiros é iminente”.

Amanhã, retornaremos a comunicar a todos (as).

TekohaGuasu Guarani e Kaiowá, 18 de fevereiro de 2013.



PEC da Câmara permite ocupação de terras indígenas por produtores rurais
SÍTIO SECULODIÁRIO, 19.02.2013

De autoria do deputado Nelson Pandovani (PSC-PR/foto), proposta se assemelha intimamente com outras propostas anti-indígenas.

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) deste ano, que tramita na Câmara dos Deputados, pode gerar ainda mais dores de cabeça aos indígenas de todo o Brasil, bem como aos do Espírito Santo. De autoria do deputado Nelson Pandovani (PSC-PR), a PEC 237/13 estabelece que produtores rurais possam ocupar indiretamente terras indígenas, mediante concessão da União.

A proposta acrescenta um parágrafo à Constituição Federal que permite a produção agropecuária, a pesquisa e o cultivo nas terras tradicionalmente ocupadas por índios, "tendo em vista o interesse nacional" – justificativa usada para se utilizar terras de comunidades tradicionais para grandes obras.

Assim, a proposta pode garantir uma facilidade maior a produtores agropecuários, na busca constante por mais terras e ampliação de sua produção, em desfavor de comunidades tradicionais.

A PEC vai para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, se aprovada, seguirá para uma comissão especial e depois para votação em dois turnos no plenário.

Para amenizar, a proposta impõe impedimentos na concessão de terras, como em relação às que já se destinam a atividades produtivas do grupo indígena, à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar ou à sua reprodução e à manutenção de seus costumes. A concessão não poderá abranger mais da metade da área indígena demarcada e terá sempre prazo determinado. Aos índios fica assegurada a participação nos resultados da exploração agropecuária.

A PEC, porém, não surgiu do nada e se relaciona em muito com outras ações, mais antigas, que visavam unicamente retirar o direito a terra de indígenas e outros povos tradicionais, como quilombolas.

A Portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), por exemplo, autoriza o governo a construir rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares dentro de aldeias, sem a autorização das mesmas. Além disso, veta a ampliação das terras já demarcadas. A portaria, alvo de críticas e grandes protestos, já foi algumas vezes suspensa pela própria AGU.

CONT.



Outra PEC, mais problemática ainda em relação às comunidades, tramita desde 2000 na Câmara. De número 215, ela tira do poder Executivo a responsabilidade pelo reconhecimento terras indígenas e de outros povos tradicionais, transferindo a prerrogativa ao Congresso Nacional. Já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposta aguarda criação de Comissão Temporária na Mesa-Diretora da Casa. De autoria do deputado Almir Sá (PPB-RR), representa forte ameaça à luta por territórios das comunidades tradicionais de todo o País. Caso ela seja aprovada, a grande bancada ruralista do Congresso, responsável dentre outras coisas por implementar as recentes mudanças no Código Florestal, estaria disposta a fazer pressão para barrar os processos de demarcação das terras.

Expedição inédita sai de Manaus e sobe o Rio Negro para mapear lugares sagrados
SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 19.02.2013

A ideia é refazer parte da rota mítica pela qual os ancestrais chegaram aos lugares onde hoje vivem os diferentes povos tukano no noroeste amazônico, registrando as narrativas orais de conhecedores tradicionais, dos lugares sagrados e míticos de seus povos. Ao longo de três semanas, o ISA irá publicar informes da expedição. Acompanhe!

Manaus, domingo, 17 de fevereiro. Um grupo de índios do Alto Rio Negro chega à cidade, onde se encontra com parceiros de organizações governamentais, não governamentais e universidades para dar início a uma experiência inédita: percorrer o curso do Rio Negro entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira, cidade localizada próxima à fronteira Brasil-Colômbia, com o intuito de refazer parte da rota mítica pela qual seus ancestrais alcançaram os territórios onde até hoje vivem. Essa história faz parte de um extenso acervo de narrativas orais compartilhadas pelos grupos indígenas da família linguística tukano, falantes de mais de dez línguas, com cerca de 30 mil pessoas, que vivem nas bacias transfronteiriças dos rios Uaupés e Apapóris.



Em Manaus, o embarque do grupo na manhã desta terça, 19/2. Da
esq. para a dir. em pé: Aline, Ernesto, Marcelino, Nivaldo, Laureano,
João, Geraldo, Arlindo, Marivaldo, Ana Gita, Christine, Guillermo,
Stephen, Norma, Severiano, Vincent, Jorge; da esq. para a dir.
agachados: João Arimar, Erculino, Raoni, Nildo, Higino, Antônio,
Miguel, Adelson

CONT.

A iniciativa é parte de um conjunto de ações que vêm sendo apoiadas por diversas instituições, com destaque para o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), numa parceria de vários anos da qual participa também o ISA (Instituto Socioambiental), e, mais recentemente, o Ministério de Cultura da Colômbia.



No barco, começam as filmagens, que registrarão toda a expedição

A idéia começou de fato a ser gestada em ambos os lados da fronteira, graças aos projetos desenvolvidos há mais de duas décadas pelo ISA no Brasil e pela Fundación Gaia na Colômbia junto aos povos do noroeste amazônico. Mais recentemente, essas experiências levaram à idealização de um programa binacional de Cartografia e Documentação Cultural dos lugares considerados sagrados pelos povos das famílias linguísticas tukano oriental, arawak e maku ([saiba mais](#)).

[Veja o mapa com os locais que a expedição irá percorrer.](#)

Participam da expedição 18 indígenas das etnias Tukano, Tuyuca, Pira-Tapuia, Bará, Desana, Tariano e Makuna, provenientes dos rios Uaupés, Tiquié e Pirá-Paraná. (veja no final do texto quadro com os nomes de todos os participantes, indígenas e não indígenas). Dentre estes há conhecedores tradicionais, jovens interessados nesses saberes e documentaristas. Também integram a equipe lideranças da Foirn, pesquisadores e técnicos das instituições envolvidas e uma equipe do Vídeo nas Aldeias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 030 / 2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013.

A expectativa inicial é produzir um vídeo-documentário sobre esta parte específica do trajeto mais amplo percorrido pela Anaconda ancestral, que, juntamente com outros materiais gerados, servirá de subsídio à consolidação e desenvolvimento desse programa binacional de cartografia e documentação dos lugares sagrados.

As notícias sobre a Expedição serão atualizadas no decorrer do percurso, sempre que for possível a comunicação. Acompanhem!



Figueiró debate questão indígena na Acrissul

SÍTIO JORNALDIADIA, 19.02.2013

Campo Grande, MS – O senador Ruben Figueiró reuniu-se hoje (segunda-feira, 18) com a diretoria da Acrissul e com centenas de produtores rurais para debater a questão dos conflitos indígenas em vários municípios de Mato Grosso do Sul. Na ocasião a entidade entregou ao senador um mapeamento completo das áreas em litígio bem como sua atual situação jurídica.

O senador ficou preocupado com várias denúncias recebidas no evento sobre o que vem ocorrendo na região de fronteira, onde as áreas invadidas pelos índios estão sendo depredadas, com gado sendo furtado e lavouras sendo destruídas, havendo inclusive suspeitas de uso e tráfico de drogas por parte dos indígenas.

“Os casos relatados são graves e devem ser levados para o Ministro da Justiça e para a presidência da República”, afirmou o senador. Outro assunto que ganhou destaque durante o encontro foi sobre a “indigenização” territorial da região de fronteira. “Comunidades indígenas do Paraguai, da Bolívia e até da Colômbia estão sendo atraídos para as áreas de conflito com a promessa de obtenção de grandes áreas de terra”, informou Figueiró.

Segundo ele, “forças ocultas” estão agindo com a intenção clara de tornar o conflito agudo, forçando a Funai “a esbulhar propriedades que foram adquiridas e tituladas há mais de um século, numa região inicialmente colonizada no império”, disse.

O senador reiterou a disposição para transformar este assunto em uma de suas bandeiras de luta no senado, pois acredita que aquelas terras que comprovadamente pertencem às etnias devem ser adquiridas pela União com pagamento de preço justo, conforme proposta apresentada pelos senadores Delcídio do Amaral e Waldemir Moka no Congresso Nacional.

“Vou ser um soldado desta causa; acho que devemos proteger nossas etnias, garantindo-lhes acesso às terras às quais eles têm realmente direito; mas não podemos arrancar propriedades daqueles que têm direito para nelas produzir”, disse Figueiró.



Paraíba é escolhida para implantar projeto piloto em comunidades quilombolas

SÍTIO PARAIBA, 19.02.2013

O Governo do Estado, por meio da secretária do Desenvolvimento Humano, Cida Ramos, participou nesta terça-feira (19), no Palácio do Planalto em Brasília, do anúncio da ampliação do Plano Brasil Sem Miséria. Na ocasião, a Paraíba foi escolhida pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, para implantar projeto piloto junto às comunidades quilombolas.

“O evento foi muito importante porque além de reduzir a extrema pobreza no país por meio do Bolsa Família, outras ações também vão contribuir para este enfrentamento. A Paraíba vai ser pioneira em um projeto de transferência de renda para comunidades Quilombolas”, frisou a secretária Aparecida Ramos, que ocupou, a convite do cerimonial da Presidência da República, a ala destinada aos ministros durante a solenidade no Palácio do Planalto.

Pioneirismo na Paraíba – A secretária Aparecida Ramos destacou que o Governo do Estado foi o primeiro do país a pagar o abono natalino para as famílias inscritas no Bolsa Família. Ela ressaltou que o Abono beneficiou 504 mil famílias inscritas na Paraíba, totalizando um investimento de mais de R\$ 16,1 milhões pagos com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep).

Brasil Sem Miséria

A presidenta Dilma Rousseff anunciou nesta terça-feira (19), durante cerimônia no Palácio do Planalto, a extensão da complementação de renda do Bolsa Família para alcançar os últimos 2,5 milhões de beneficiários do programa que ainda permaneciam em situação de extrema pobreza.

Com a medida, não existirá mais, no Bolsa Família, nenhuma família com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa. Este é o valor adotado como referência no Plano Brasil Sem Miséria e representa o primeiro passo para que essas famílias possam superar a situação de extrema pobreza. A complementação de renda para esses 2,5 milhões de beneficiários do Bolsa Família terá investimento de R\$ 773 milhões em 2013. O pagamento se inicia em março.

Desde o início do Brasil Sem Miséria, em junho de 2011, 791 mil famílias com este perfil foram localizadas, cadastradas e incluídas no Bolsa Família. Estima-se que ainda haja outras 700 mil fora do cadastro. Segundo a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, não há restrição orçamentária para a inclusão dessas pessoas nos programas sociais.



Exploração florestal em áreas ribeirinhas é normatizada

SÍTIO AGENCIAPARA, 19.02.2013

Publicada no Diário Oficial desta terça-feira (19), a Instrução Normativa que estabelece procedimento para revalidação de autorizações ambientais emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), regulamenta o procedimento simplificado para o Cadastro dos Exploradores de Produtos Florestais no Estado do Pará (Ceprof) e a concessão de exploração florestal sob manejo nas áreas ribeirinhas, conforme Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

A Instrução Normativa considera o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que estabelece a possibilidade de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental; a necessidade de simplificação dos procedimentos para a exploração florestal, o processamento, o comércio e o transporte executados por pequenos extrativistas de madeira situados nas zonas ribeirinhas do Estado do Pará; e ainda o que dispõe a Resolução do Coema que constitui a Autorização de Exploração Florestal (Autef) para exploração florestal de pequenos extrativistas localizados nas zonas ribeirinhas do Estado do Pará, com até 100 hectares.

A publicação concede autoridade para prorrogar ou revalidar, no âmbito desta secretaria, as autorizações de exploração de baixo impacto praticadas por pequenos extrativistas e outorgadas com base na IN 40/2010, nos casos em que a madeira já foi explorada e não transportada. O prazo de prorrogação será estipulado pela Gerência de Projetos Agrossilvipastoris (Gepaf), de acordo com a análise técnica, que poderá realizar vistoria no local, de forma aleatória. Não sendo possível apresentar a declaração do órgão fundiário atestando a posse mansa e pacífica da área, quando houver divergências de entendimento sobre a competência fundiária local, o interessado poderá apresentar certidão de posse emitida pela Prefeitura Municipal.

A relação dos documentos a serem apresentados para inscrição no Ceprof começa pelo requerimento padrão da Sema, acompanhado dos formulários de requerimento do cadastro, do proprietário, do representante legal, do representante operacional, da característica do empreendimento de extração, coleta e produção; cópias autenticadas das carteiras de identidades e CPF do proprietário ou do possuidor/detentor; do representante legal e operacional caso não seja o proprietário, apresentar cópia autenticada da Procuração Pública e específica para atuar junto à Sema e a cópia do Termo de Autorização de Uso emitida pela Serviço Patrimonial da União (SPU), órgão fundiário ou Poder Público Municipal competente pela circunscrição do imóvel rural.

Juizes de Laranjal do Jari visitam Reserva do Iratapuru para preparar ação itinerante na localidade

SÍTIO CORREANETO, 19.02.2013

Os Juizes da Comarca de Laranjal do Jari, Heraldo Nascimento da Costa, Carline Regina de Negreiros Cabral Nunes e Ailton Marcelo Mota Vidal, visitaram a comunidade da Reserva Extrativista do Iratapuru, no município de Laranjal do Jari, Sul do Amapá. A ida à região foi para verificar a logística que será empregada pela Justiça do Amapá e parceiros, durante a realização de uma Ação Itinerante que vai ocorrer naquela localidade no dia 15 de março de 2013.

Imagem removida pelo remetente. IRATAPURU_10 Os Magistrados verificaram os espaços para atendimento, refeição, exames, expedição de documentos, entre outros. Para realização da ação, os contatos e parcerias já estão sendo mantidos e, até o momento, a Comarca de Laranjal, através do Juizado Especial e Vara da Infância e Juventude, e o Município de Laranjal já firmaram parceria para a ação e aguardam manifestação de outros parceiros.



CONT.

REGIÃO DO IRATAPURU

Imagem removida pelo remetente. IRATAPURU_2A Comunidade de São Francisco do Iratapuru surgiu junto com a criação da Reserva Extrativista do Rio Iratapuru. Está localizada na região do então lugarejo de Barraca do Boca, unindo a maioria dos ribeirinhos do Rio Iratapuru e criando a comunidade de São Francisco do Iratapuru, onde foi instalada uma fábrica da Natura Ekos para a retirada de óleos para a fabricação de cosméticos.

Imagem removida pelo remetente. IRATAPURU_5Hoje, a Comunidade possui aproximadamente 250 habitantes, onde estão instaladas a Fábrica de óleos, Igreja Católica, Igreja evangélica, Posto de Saúde e Escola. O óleo de castanha retirado pelos ribeirinhos é entregue mediante contrato para a Natura, o que faz a comunidade ter um mínimo de desenvolvimento.

